

VÃO ACABAR OS MENDIGOS?

O Ministro do Interior e o Subsecretário da Assistência expuseram noutro dia, aos jornalistas, os seus planos para acabar com a mendicância em Portugal.

Nós, os trabalhadores, nós, os operários, aplaudimos com ambas as mãos a dignificadora iniciativa destes dois homens. E aplaudimos, porque somos nós — a classe trabalhadora — aqueles a quem mais interessa o assunto.

Pondo de lado os que mendigam por vício — e esses são sempre a minoria — quem pode alegrar-se tanto, efectivamente, com a extinção do flagelo, como nós que, muitas vezes, somos reduzidos pelos acidentes de trabalho, pelo desemprego, pela doença ou pela velhice, à condição de mendigos?

Quem como nós sente escaldar como ferro em brasa, numa condenação que não merecemos, a perspectiva da mendicância?

Se um de nós morre de fadiga ou de doença antes de ter os filhos a ganhar, que esperança levará para o outro mundo sobre a sorte deles, senão a mendicância ou o asilo? Se um de nós cai de cama ou é levado para o hospital em longa doença, que lhe resta, como prémio do trabalho, senão mendigar ou mandar mendigar?

Se um de nós envelhece, que outra esperança lhe fica senão a esmola?

Quem como nós, portanto, se há-de alegrar com a promessa de que vão acabar os mendigos em Portugal?

Nós queríamos que os órfãos e as viúvas tivessem, pelo seguro, garantido o seu pão. Nós queríamos que a previdência assegurasse o salário na doença, qualquer que fosse a duração dela; e que garantisse aos inválidos não um asilo nem uma esmola mas a justa refor-

ma, prémio de uma vida de trabalho.

Portanto, nós aspiramos a que o nosso esforço nos dê, por direito, segurança de viver sem esmola, sem subsídios, sem asilos, como qualquer outro cidadão.

Não havia em 1940, segundo o próprio discurso governamental, 204.000 pessoas com mais de 70 anos, quase todos sem previdência e sem meios de vida? Quem deu este contingente de miseráveis, senão nós os homens do trabalho manual, os empregados de balcão e de escritório?

Quem criou a riqueza senão principalmente nós?

Alegremo-nos, por isso, com as boas disposições do Governo. Mas não queríamos que o problema fosse resolvido apenas porque a mendicância é um flagelo anti-turístico, mas sobretudo por ser uma obrigação social.

Os falsos mendigos também nós queremos que sejam punidos. Eles são a vergonha da sociedade que os consente. E nós, os homens do trabalho, honramo-nos com o trabalho e, por isso, aplaudimos que seja punido aquele que, podendo, não quiser trabalhar.

Aplaudimos, por isso, as medidas tomadas e fazemos votos por que sejam eficazes. Mas é preciso não esquecer que elas de nada valerão se não se suprimirem as causas da miséria. Disse-o o Ministro do Interior. Vamos então a isso, que nós não pedimos melhor.

Nota Internacional

Mesmo os que por falta de tempo ou de oportunidade não podem seguir com a atenção desejada o noticiário telegráfico e os artigos especiais a que a imprensa diária e outra vem dedicando cada vez mais interesse e espaço, saberão que o problema mor da hora presente se concentra em volta das crescentes divergências e incompatibilidades entre as manieras de ver e de proceder dos estadistas e chefes políticos dos dois grupos de países, que por brevidade de expressão se designam por «Oriente» e «Occidente». O primeiro grupo ou «bloco», o oriental, está constituído, como se sabe, pela Rússia Soviética e os Estados chamados seus «satélites» — Finlândia, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia — e ainda pelas zonas de ocupação militar russa na Alemanha e na Áustria. É um bloco de países dominado, internamente e para todos os efeitos políticos, económicos, sociais e militares, pelo Go-

verno de Moscovo e que, na sua acção externa, prossegue decidida e sistematicamente uma política de expansão agressiva, inspirada e orientada tanto pela velhíssima ideia do imperialismo russo e pan-eslavico, como pela mística militante do comunismo integral, de cunho bolchevista e espartaco de cruzada.

O segundo grupo de países, o ocidental, é formado pelo resto do Mundo, se bem que, de modo restricto, a corrente designação geral de «Occidente» abrangia sobretudo os países da Europa setentrional e ocidental, com a Grã-Bretanha e o seu Império, bem como os Estados Unidos da América do Norte, ao passo que a de «Hemisfério Ocidental» se aplica de preferência ao conjunto das Repúblicas americanas, os Oceanos Atlântico e Pacífico e o seu respectivo litoral. Nestas condições, certos países, como Portugal, podem considerar-se incluídos tanto no chamado «Occidente», como no «Hemisfério Ocidental». Todos os países deste grupo ou «bloco» são nacionalmente países de todo independentes e soberanos e por isso também não dominados por um Governo Central, como se dá no caso do grupo oriental, se bem que por motivos de vizinhança geográfica, de alianças históricas ou de parentesco de sangue — como sucede por exemplo entre Portugal e o Brasil — haja entre alguns deles relações mais estreitas ou intimidade maior de contacto político, económico ou espiritual. Também sob o ponto de vista da sua estrutura política constitucional, a diversidade é grande e manifesta, pois há neste grupo países que continuam a viver no seu tradicional regime monárquico — como a Inglaterra — outros que preferem o de uma República presidencialista — como os Estados Unidos da América do Norte — e outros ainda que optaram pelo de República parlamentar — como a França — etc. Todavia, a despeito desta diversidade formal dos seus regimes constitucionais, sociais ou administrativos, todos eles reconhecem e acatam os mesmos grandes princípios da democracia política e se baseiam na sua aplicação prática mais ou menos no mesmo conjunto de liberdades e direitos fundamentais do homem, como ser social, liberdades e direitos esses que, evidentemente, também se observam, com maior escrupulo ainda, na sua vida externa, isto é, nas relações desses países entre si, onde eles são todos igualmente livres, soberanos e independentes.

Escusado é dizer, no entanto, que por motivos perfeitos naturais e sem embargo dessa igualdade de direito absoluta, a influência, o valor e o peso internacional de uma República são minúsculos como a de San Marino — na Itália, ao pé da cidade de Rímini, sobre o Adriático, com apenas 64 quilómetros quadrados de superfície e uns 14.000 habitantes — serão no concerto das Nações muitíssimo diferentes do que são no caso de uma grande Potência, como os Estados Unidos da América, que hoje são de facto e para todos os efeitos a Potência número UIM do Mundo.

Ora, temos pois estes dois grupos, ou «blocos», que no presente momento e em mor parte em resultado do desvairo dos homens e das muitas e tremendas desgraças, misérias e incertezas que a guerra nos deixou, se encontram frente a frente um do outro, numa atitude irritada de hostilidade crescente, carregadíssima de potencialidades explosivas, a que os americanos já deram o nome ominoso de «guerra fria». Mas nem por isso, — e só com bem contadas excepções de um lado e do outro — os países de ambos os grupos se encontram ainda todos politicamente ligados entre si pelo solene Pacto das Nações Unidas, e até com a obrigação explícita de regularizarem ou liquidarem, por meios exclusivamente pacíficos, quaisquer divergências políticas ou outras que na adversidade da sua vida em comum possam porventura surgir entre um ou outro dos associados da Organização, que hoje são 57 ao todo, sob pena de sanções e castigos de carácter colectivo. É a grande tragédia desta hora que passa e não saber ninguém predizer se para pôr fim a essa «guerra fria», que acabamos de apontar, os dois Grandes que dominam o Mundo acabarão por se curvar perante o generoso e nobilíssimo imperativo de conciliação das Nações Unidas ou por recorrer à bomba atómica, que seria o fim científico da Inglaterra da nossa civilização cristã e de nós todos.

RODOLFO FREDERICO KNAPIC

a voz dos nossos camaradas

Uma das secções que sempre despertou o maior interesse, foi esta. Vamos continuá-la. Queremos ouvir a opinião dos nossos camaradas de todo o país, para saber o que eles sentem, como pensam, como reagem, quais são os seus grandes anseios e as suas maiores aspirações.

Daqui os orientaremos, quando for preciso. Daqui estaremos em união com eles. Assim unidos, poderemos construir um mundo melhor. O trabalho tem de ser de todos, porque a tarefa é grande demais para ser realizada por poucos.

Do Norte, recebemos as primeiras impressões.

Escreve-nos um camarada:

Senhor Director

Necessidades da minha profissão levaram-me ao Porto, essa laboriosa Capital do Norte, muito da minha simpatia. Tive de passar lá mais tempo do que imaginava e, como o tempo me sobrava, resolvi dar um passeio até ao campo, nos arredores da cidade.

Meti-me num «eléctrico» e segui o

meu caminho. Quando nos aproximávamos do «términus» da linha, acerquei-me do guarda-freio para melhor observar a paisagem. Eram aproximadamente umas quatro horas da tarde.

Qual não foi o meu espanto, sr. Director, quando o homem se me dirigiu com estas palavras:

— O senhor dá-me licença de apanhar essa cesta? É que vou aproveitar este bocadito, para comer. Ainda não almocei.

E o homem lá seguiu, comendo e controlando a marcha do carro eléctrico, a passo de boi.

Meti-me então na conversa e vim a saber que estes homens têm oito horas de trabalho seguidas, sem descanso, e que fazem ordinariamente o que fez o guarda-freio do carro em que seguia.

Não poderá «O Trabalhador» chamar a atenção de quem de direito para semelhantes horários?

Faça o que puder, sr. Director, em favor destes homens.

A pessoa que nos escreve esta carta merece-nos confiança, senão nem acreditávamos. Ficamos ainda duvidando que assim seja. Em todo o caso, ao senhor Presidente da Câmara do Porto pedimos que investigue se assim é ou não. Não pudemos investigar directamente, como esperamos em breve poder fazê-lo. Mas não temos dúvidas de que alguma coisa é preciso modificar-se nestes horários dos eléctricos do Porto.

De Torres Vedras, escreve-nos outro camarada:

Lutamos durante muito tempo para conseguir o descanso ao domingo. A batalha foi ganha por fim. A Câmara sempre se resolveu a determinar, com o aplauso quase geral, que se descansasse ao domingo. Pois bem, sr. Director, se aqui viesse, haveria de ver, com espanto, como é respeitado o dia de descanso. Já estamos no relaxe. Não haverá remédio para isto?

O mal do trabalho ao domingo, infelizmente, é geral por essas terras além, prezado camarada, sobretudo por estas terras do sul.

Mas é pena, porque Portugal é dos raros países onde se desrespeita o descanso dominical. Na França — que se diz ser bolchevista, ô ilusão! — não se trabalha ao domingo.

Na progressiva Bélgica seria isso um escândalo. E até respeitamos os dias santos os próprios socialistas! Na Inglaterra, na Dinamarca, na Holanda, etc., respeita toda a gente o domingo. Só a Rússia e os países sob o seu domínio é que não se preocupam com estes problemas. Ao ver por esta Lisboa e pelos arredores como se trabalha ao domingo, somos levados à tentação de pensar que só entre nós tal acontece. É pena.

Mas o melhor, prezado camarada, será insistir junto da Câmara, representar, reclamar, para que as coisas voltem ao seu lugar.

De Lisboa escreve-nos um operário,

chefe de família, que mora para as Avenidas Novas:

O senhor Ministro do Interior, no desejo de moralizar a parte baixa da cidade, resolveu proibir o escândalo de as mulheres perdidas andarem a incomodar os transeuntes, dando à cidade um aspecto de grande baixaria moral. Isto foi medida que todos aplaudiram.

Mas o que aconteceu? Transferiram-se todas para a parte Norte da cidade. Na região onde moro já não podem as pessoas sérias sair à noite. Sobretudo não podemos sair com crianças.

Já temos recebido muitas queixas idênticas de outros camaradas, que se queixam amargamente do espectáculo que se observa pelas ruas da área que vai do Marquês de Pombal ao Campo Pequeno e da Avenida da República à de António Joaquim de Aguiar.

Também de Lisboa outro camarada nos escreve:

Passamos há pouco ainda por uma das quadras mais lindas do ano.

Tive de percorrer, por necessidade, algumas das ruas da capital na noite de 25 para 26. Surpreendeu-me encontrar tanta gente na rua numa noite daquelas. Pois se até o frio intenso parecia convidar ao aconchego, à intimidade do lar onde estas festas são sagradas! Os cafés, porém, estavam quase vazios. Numa ou noutra leitaria atardara-se algum raro frequentador, que sorria sorumbaticamente o seu café. Impressionou-me o quadro. Não terão estes família? Vivem no mundo sem terem conseguido, ou querido, criar à sua volta um halo de amor, de carinho, de simpatia? Como deve ser triste para eles o Natal!

PREZADOS CAMARADAS!

«O TRABALHADOR» É UM JORNAL DOS OPERÁRIOS. FEZ-SE COM O DINHEIRO DOS TRABALHADORES.

TEM DE SE CONTINUAR COM O SEU ESFORÇO.

DAI-NOS SUGESTÕES. APONTAI-NOS OS ERROS. MANDAI COLABORAÇÃO.

COM O AUXÍLIO DE TODOS. «O TRABALHADOR» SERÁ O JORNAL QUE VÓS ESPERAIS.

A REDACÇÃO.

S.E.T. — SOCIEDADE EDITORIAL «O TRABALHADOR»
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (provisórias)
Rua das Janelas Verdes, 47 — LISBOA

Questões Económicas

(Continuação da 1.ª página)

relação aos géneros de mercadoria, como relativamente ao vestuário, habitação, utensilagem doméstica, etc.

A experiência dos países estrangeiros parece autorizar a opinião que faz oscilar esta baixa entre 20 e 40 % dos preços de venda ao público.

Entre nós o movimento cooperativo tem uma extensão insignificante. Seria do maior interesse tentar desenvolvê-lo.

Um comerciante sueco, recentemente passado em Portugal, com quem tivemos o prazer de uma longa conversa, falou-nos largamente da amplitude do movimento cooperativista na sua pátria. As cooperativas locais conseguiram eliminar mais de metade do comércio lucrativo. É o nosso interlocutor, inimigo declarado do cooperativismo, confessou-nos que o comércio lucrativo não podia, de modo algum, competir em preços com os estabelecimentos cooperativos. É que estes, eliminando os intermediários e o lucro dos retalhistas, e evitando trânsitos escusados dos produtos no caminho de ferro ou na estrada,

baixam sensivelmente o nível dos preços.

Até as organizações profissionais existentes, neste empreendimento, teriam um belo campo de actividade. O «bem-comum», o «interesse nacional» receberiam benefício apreciável. As classes trabalhadoras — é o que mais importa — deixariam de ver expropriada uma parte do seu esforço por uma imensa camada social parasitária.

JOÃO DE BRITO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

3 meses . . . 12\$50
6 meses . . . 25\$00
1 ano 50\$00

Pagamento adiantado. Como «O Trabalhador» não fará cobrança das suas assinaturas, pelo correio, só enviaremos o jornal a quem nos remeter a importância respectiva em vale do correio ou por qualquer outra forma prática.